

Editorial

Esta edição da Revista Educação e Emancipação é lançada em um momento muito especial, momento em que a Universidade Federal do Maranhão recebe a 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A reunião nacional, em 2017, traz como tema “Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”. Tem sido constante nos debates da ANPEd a ideia de que, quando a democracia corre riscos, a educação também está em risco. O contexto de 2017 reafirma esta preocupação, e o lançamento desta revista no mesmo momento, provoca o leitor a pensar neste binômio educação e emancipação e nos desafios políticos, econômicos, sociais e científicos para realizar uma educação que cumpra seu compromisso com a emancipação humana.

Em termos políticos, podemos pensar que as marcas de uma perspectiva de participação popular inscritas na Constituição de 1988 que possibilitaram uma larga experiência de conselhos e conferências no âmbito das políticas públicas, como forma de democratização do Estado, e que tiveram na experiência, tanto da 1ª Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE 2010), quanto na CONAE 2014, expressões fortes, estão feridas de morte com a intervenção do Ministério da Educação de maneira unilateral e arbitrária no Fórum Nacional de Educação (FNE). A mobilização em torno da CONAE 2018 foi praticamente extinta. O processo de debate, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação junto a essa intervenção se vê altamente prejudicado. Ainda que a crise política seja, certamente, bastante mais ampla que a mencionada, olhar para este processo pontual no âmbito da gestão do sistema de ensino no Brasil nos dá a dimensão dos riscos à democracia.

No âmbito econômico, novamente o cenário de desmonte de uma perspectiva democrática que se sustente em condições de cidadania e de proteção social está comprometido. A intervenção brutal no conceito de seguridade social feito pela Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um teto para as despesas primárias do Governo Federal, resulta em restrições orçamentárias nos próximos 20 anos, o

que compromete os programas de proteção social de todos os tipos no país, dando efetivamente a dimensão de que, num contexto de alta financeirização do capitalismo, a ordem do dia prioriza o pagamento de juros como incontestável e o desenvolvimento humano como supérfluo.

No âmbito social, a crise toma a forma de intolerância e preconceito. A ação violenta do Estado no desmonte rápido e desrespeitoso de direitos sociais construídos e negociados de forma lenta e gradual (por exemplo, a reforma trabalhista) encontra e reforça o desrespeito cotidiano entre os sujeitos no âmbito das relações humanas. A ideia de que é preciso uniformizar, calar o diferente, proibir o dissenso, combina com a violência estatal que, algumas vezes, é simbólica, mas também tem sido física, na coibição dos direitos de reivindicação no campo, nas cidades, entre trabalhadores em geral e entre professores e estudantes, para dar um destaque especial. Seja pelo uso de força descomunal em passeatas de professores em diferentes ocasiões, seja em processos de punição de manifestações estudantis, seja em denúncias infundadas que tentam cercear o pensamento tanto na educação básica, quanto no ensino superior, o quadro é de uma crise social que desconstrói a educação como espaço dialógico.

Porém, não se pode abrir o número da Revista que clama pelo binômio Educação e Emancipação com um roteiro pessimista. Ainda que seja necessário marcar o sentido de retrocessos e riscos deste momento histórico, também é preciso reconhecer que no âmbito científico, além das crises de financiamento, de condições de produção, entre outras dimensões, o sentido da Emancipação é o tempo todo provocador. Dessa forma, com todas as dificuldades, podemos perceber e apreender o mundo a partir das problematizações que exímios pesquisadores colocam à nossa disposição, neste número da Revista, que nos brinda com debates sobre diferentes contextos da educação, sobre diferentes sujeitos no processo educativo.

O lançamento de mais um número de um periódico científico nos convida a lembrar o que vale a pena nos conflitos sociais, a luta cotidiana para poder vivermos juntos e de maneira mais solidária. Para isto, é fundamental desvelar os processos sociais continuamente. O lugar que a publicação de cada periódico ocupa no âmbito da socialização científica permite que possamos alimentar o desafio de acreditar que entendendo melhor o mundo em que estamos inseridos, podemos

entender melhor como nos movimentar. Uma educação (e também uma produção científica) que nos faz olhar para a humanidade com um pouco mais de foco e de curiosidade, certamente nos dá instrumentos para construir saídas coletivas que possibilitem a emancipação de todos.

Andréa Barbosa Gouveia
Doutora em Educação
Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação - ANPEd